

SUMÁRIO

PARTE I

POLÍTICAS PÚBLICAS AGROAMBIENTAIS

1. Hermenêutica constitucional como fundamento para a política agrária	17
<i>Antonio Escrivão Filho</i>	
Introdução	17
1. Sociologia rural como fundamento da constituição agrária	20
2. Hermenêutica constitucional e política agrária.....	22
3. Uma hermenêutica para o programa constitucional agrário.....	25
Considerações finais.....	33
Referências	34
2. Políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável: uma determinação constitucional	37
<i>José Roberto Porto de Andrade Júnior</i>	
<i>Elisabete Maniglia</i>	
Introdução	37
1. Desenvolvimento sustentável: possibilidades e mitos.....	38
2. O texto constitucional brasileiro e as normas-objetivo	43
3. O cumprimento das normas-objetivo através de políticas públicas de promoção do desenvolvimento sustentável	47
Considerações finais.....	53
Referências	54
3. O enfoque constitucional da agroecologia como promotora de direitos humanos	57
<i>Glastone Leonel da Silva Júnior</i>	
Introdução	57
1. A prática agroecológica e o fomento de direitos	59
1.1. O direito humano à alimentação adequada.....	59
1.2. O direito humano à terra rural: a função social da propriedade rural como desafio central.....	61

1.3. O direito humano ao meio ambiente: a centralidade da sustentabilidade	63
1.4. O direito humano à saúde, ao trabalho e a educação.....	67
Considerações finais.....	69
Referências	70

4. A luta pela reforma agrária: um processo de criação e afirmação de direitos71

Jeferson Fernando Celos

Introdução.....	71
1. Muita terra nas mãos de poucos.....	72
2. Movimentos sociais populares que lutam por terra e reforma agrária: construindo uma nova forma de cidadania.....	76
3. Qual reforma agrária?	81
4. Repensando o direito.....	84
Considerações finais.....	94
Referências	95

5. A política agroecológica como instrumento estatal para a promoção do desenvolvimento social no campo99

Marcos Pereira de Castro

1. Considerações preliminares sobre a proteção jurídica do desenvolvimento rural.....	99
2. As obrigações do Estado atinentes à política agroecológica.....	103
3. O direito como instrumento para a atividade agrícola sustentável.....	105
4. Os principais instrumentos de política agroecológica.....	108
4.1. O zoneamento agroecológico.....	110
4.2. A avaliação do impacto ambiental.....	112
4.3. O licenciamento ambiental.....	116
4.4. Certificação agroecológica.....	123
4.5. A difusão do conhecimento relativo à tecnologia ambientalmente adequada	124
4.6. O financiamento público da atividade agrícola sustentável	127
4.7. O seguro agrícola e a proteção à economia agrária	132
4.8. Os mecanismos tributários de promoção da atividade agrícola sustentável	135
5. A política social de subvenção à produção familiar	137
6. A efetividade da proteção legal ao desenvolvimento sustentável	141
Referências	143

PARTE II

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

6. Direitos fundamentais dos idosos.....	149
<i>Ana Cláudia Sônego de Toledo</i>	
Introdução	149
1. Direitos dos idosos - fonte material	149
2. Direitos dos idosos - fontes formais.....	152
3. Os idosos no direito comparado.....	154
4. Direitos humanos fundamentais inerentes aos idosos	158
4.1. Direito à saúde.....	160
4.2. Direito à liberdade.....	165
4.3. Direito à educação	166
4.4. Direito ao lazer	167
4.5. Direito ao trabalho.....	168
4.6. Direito à segurança.....	169
4.7. Direito à seguridade social.....	169
4.8. Direito à moradia.....	171
4.9. Direito aos alimentos.....	173
Considerações finais.....	174
Referências	175
7. Entre a lei, a política e os direitos humanos: interseções mediatizadas por alguns modelos de juridicidade.....	179
<i>Caio Jesus Granduque José</i>	
Introdução	179
1. Modelo normativo-positivista: os direitos sujeitados pela lei	182
2. Modelo funcionalista-político: os direitos instrumentalizados pela política	186
3. Modelo jurisprudencialista: a lei e a política subjugadas pelos direitos....	188
Considerações finais.....	191
Referências	192
8. Acesso à justiça e efetividade dos direitos sociais: tutelas de urgência e responsabilidade por atos jurisdicionais.....	195
<i>Diovani Vandrei Alvares</i>	
<i>Yvete Flávio da Costa</i>	
Introdução	196

1. Tutelas de urgência: o gênero tutela de urgência.....	197
1.1 Função jurisdicional: formas de atuação	197
1.2 Processo e tempo	198
1.3 Eficácia e utilidade da prestação jurisdicional.....	199
1.3.1 Urgência: tempo versus efetividade.....	199
1.4 Tutela jurisdicional de urgência: justificativa.....	201
1.5 Urgência: acepções leiga e jurídica.....	202
1.6 Acesso à justiça e tutela de urgência.....	203
1.7 Tutelas de urgência e função social	204
1.8 Espécies de tutela de urgência	206
1.9 Tipologia das urgências (cautelar e satisfativa): aspectos estruturais e funcionais comuns e distintos.....	206
1.10 Efetivação da tutela de urgência	209
1.11 Limites da discricionariedade do magistrado na decisão sobre tutelas de urgência	210
2. O magistrado	212
2.1 O magistrado como agente público do Estado brasileiro	213
2.1.1 Jurisdição como serviço público.....	217
2.1.2 O agente público magistrado enquanto servidor público	214
2.1.3 O exercício da atividade jurisdicional da magistratura	216
2.1.4 Atividade judiciária administrativa e jurisdicional.....	217
2.2 Pela responsabilidade do Estado-juiz.....	218
2.3 A responsabilidade do Estado-juiz no ordenamento brasileiro.....	219
3. Responsabilidade do Estado e do magistrado por denegação ou concessão de tutelas de urgência.....	221
3.1 A jurisdição enquanto dever do Estado	221
3.1.1 O direito a jurisdição	221
3.1.2 A discricionariedade do juiz na concessão de tutelas de urgência	222
3.2 Das responsabilidades frente concessão ou denegação de tutelas de urgência	223
3.2.1 A responsabilidade objetiva do Estado-Juiz e subjetiva do magistrado	223
3.3 Pacificação legal para o tema de responsabilização subjetiva do magistrado	232
Considerações finais.....	234
Referências	237

9. Do processo civil como fator de desenvolvimento sócio-econômico..... 241

Nelson Moraes Rêgo

Introdução

1. Uma leitura do neo-institucionalismo para compreensão dos efeitos econômicos das decisões judiciais

2. Dos efeitos econômicos e desenvolvimentistas oriundos das decisões judiciais	247
2.1. Reflexões antecedentes	247
2.2. O papel contributivo da administração da justiça na promoção do direito ao desenvolvimento, através do processo civil	249
2.3. O Judiciário e as exportações	253
2.4. O Judiciário e o crescimento econômico	256
3. Proposições para uma maior eficiência do sistema legal-judicial.....	258
Conclusão	260
Referências	262

10. Os benefícios previdenciários na seguridade social.....265

Peterson de Souza

1. A Seguridade Social na Constituição Federal	265
1.1. Princípio da universalidade de cobertura e do atendimento.....	267
1.2. Princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços prestados às populações urbanas e rurais	268
1.3. Princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.....	268
1.4. Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios.....	269
1.5. Princípio da equidade na forma de participação do custeio	270
1.6. Princípio da diversidade da base de financiamento.....	271
1.7. Princípio da gestão administrativa, com a participação da comunidade (trabalhadores, empresários e aposentados).....	272
1.8. Princípio do custeio prévio.....	272
1.9. Princípio da solidariedade.....	272
2. Os benefícios previdenciários na Constituição Federal e na Lei nº 8.213/91	273
2.1. Aposentadoria especial.....	274
2.2. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	278
2.3. Aposentadoria por idade	282
2.4. Auxílio-doença e auxílio-doença acidentário	284
2.5. Aposentadoria por invalidez e aposentadoria por invalidez acidentária.....	285
2.6. Auxílio-acidente	287
2.7. Pensão por morte.....	287
2.8. Salário-maternidade	290
2.9. Auxílio-reclusão	291
2.10. Salário família	293
Referências	293

11. Tutela jurisdicional e tutela de direitos: distinções necessárias frente à positivação e judicialização de direitos sociais.....297

Talita Tatiana Dias Rampin

Yvete Flávio da Costa

Introdução	297
1. Tutela jurisdicional e tutela de direitos	299
2. O fenômeno da positivação e o direito como moldura: a metáfora do espelho	301
3. A judicialização de direitos sociais	305
Considerações finais	307
Referências	307